

A BESTA QUE SURGE DO MAR EM APOCALIPSE 13

Saulo José da Silva¹

RESUMO

Este artigo analisa algumas imagens da perícopes do apocalipse de João 13, 1-8, que trata da besta que surge do mar. Também pretende apresentar elementos da tradição judaica, literatura apocalíptica, que serviram para descrição e construção deste texto do final do primeiro século depois de Cristo. O trabalho ainda considera o contexto sociopolítico-religioso do governo do imperador Domiciano 81-96 d.C, bem como a comunidade cristã deste período.

Palavras-chave: Apocalipse de João. Besta. Culto imperial.

INTRODUÇÃO

Ap. 13,1-8 constitui-se de uma narrativa na qual apresenta a visão do profeta João onde este se encontra de frente à praia e tem por cenário o mar a sua frente, onde surge a besta que blasfemarà contra Deus e estabelecerà seu império por um tempo, sendo vencida logo após esse período:

Vi então uma besta que subia do mar. Tinha dez chifres e sete cabeças; sobre os chifres havia dez diademas, e sobre as cabeças um nome blasfemo (...). Foi-lhe dada uma boca para proferir palavras insolentes e blasfêmias, e também poder para agir durante quarenta e dois meses. Ela abriu então a boca em blasfêmia contra Deus, blasfemando contra seu nome, sua tenda e os que habitam no céu. Deram-lhe permissão para guerrear contra os santos e vencê-los; e foi-lhe dada autoridade sobre toda tribo, povo, língua e nação. Adoraram-na, então, todos os habitantes da terra cujo nome não está escrito no livro da vida do cordeiro imolado (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012, Ap. 13, 1; 5-8).

Esta visão se insere no contexto sociopolítico do imperador Domiciano (81-96 d.C), onde este, juntamente com seu império são classificados como uma figura animalesca, a besta, em uma alusão a Dn7, tal qual Antíoco IV Epífanes.

O imperador é acusado de tentar subtrair a honra que pertence a Deus, uma vez que por meio de cerimônias no culto imperial, arroga a si a veneração, lealdade e gratidão, contrariando aos seguidores de Jesus.

¹Bacharelado em Teologia pela faculdade Unida de Vitória (FUV).

Vale considerar que existem diversos modelos interpretativos que não levam em conta os antecedentes históricos, o contexto sócio-político e religioso, bem como os aspectos literários dos escritos, tão pouco a relação destes escritos com o livro de Daniel e com a tradição da literatura apocalíptica. Tais apontamentos se constituem como pontos de partida fundamentais ao modelo interpretativo do capítulo 13.

USO DE DANIEL 7 EM APOCALIPSE 13:1-8

Apocalipse 13 apresenta duas bestas, uma que emerge do mar e outra que surge da terra. O foco deste estudo destina-se a analisar aquela primeira besta, bem como o ambiente em que ela está inserida. Para tanto, se faz necessário aplicar um paralelo entre apocalipse 13:1-8 e o livro do profeta Daniel. Neste livro é possível encontrar quatro textos apocalípticos, ou visões, que são os capítulos 7, 8,9 e 10-12 (FITZMYER, 2012, p. 824).

Para muitos teólogos (MOURA, 2000, p.89-99) a besta descrita pelo autor do apocalipse de João inspira-se na fera ilustrada no capítulo 7 de Daniel. O que não significa que o autor de apocalipse tenha copiado ou simplesmente plagiado os escritos do escritor vetero testamentário, muito pelo contrário, o escritor de apocalipse toma, as figuras presentes em Daniel, como referência pela similaridade do contexto socio-político ao qual estavam inseridos, cada um em seu tempo.

No que concerne à autoria destes escritos, existem estudiosos que advogam sobre a multiplicidade de autoria dos capítulos de 7 a 12 de Daniel, uma vez que nestes textos é possível encontrar a utilização de justaposição das línguas; hebraica e aramaica. Tais afirmações tem como centro gravitacional a argumentação de que os possíveis autores não estavam circunscritos em um mesmo espaço temporal, sendo assim, não eram contemporâneos, porém, pertenceriam a um mesmo círculo de escritores. Consideram também a possibilidade de esses capítulos terem sido formatados ou finalizados por um único indivíduo deste mesmo círculo:

Alguns pesquisadores argumentaram que esses capítulos são obras de autores diferentes. Mesmo se for assim, deveríamos assumir que os autores adicionais pertenciam ao mesmo círculo e escreveram em um espaço de tempo bastante curto. Deveríamos também aceitar que um membro desse círculo impôs uma unidade editorial a esse livro, através da repetição da sequência dos impérios babilônicos, medos e persa nos capítulos 7-12, para fazer um paralelo com os capítulos 1-6. O círculo dos autores deve ter sido bilíngue, uma vez que se permite que o hebraico e o aramaico fiquem justapostos (Hatman e DiLella, 2010. p.162).

A despeito das ponderações em defesa da multiplicidade de autores, há também os que sustentam que tais posicionamentos não servem como base argumentativa para legitimar esses textos como sendo de autorias diversas, pois existem textos que utilizam a mesma técnica de justaposição e que não são de múltipla autoria, logo, um texto ser justaposto não é fator *sinequa non* para ser classificado como texto de múltipla autoria:

Na verdade, a justaposição de revelações complementares é um elemento típico da literatura apocalíptica. Pode ser observado em similitudes de Enoque, 4 Esdras e 2 Baruc. Um exemplo bastante elaborado se encontra no Apocalipse de João. Em nenhum desses casos a multiplicidade de unidade revelatórias pode ser considerada evidência de autoria múltipla (COLLINS, 2010, p. 163).

Desta forma é razoável fazer coro aos que apontam para unidade redacional do capítulo 7, sustentado pela arguição de este texto ser o ponto nevrálgico do livro de Daniel, pois, do primeiro ao sétimo capítulo os textos estão escritos em aramaico. Assim, há uma relação do ponto de vista linguístico, do capítulo 7 com os capítulos anteriores. Também há as similaridades com os capítulos 2 e 4, onde estão descritos outros sonhos, desta vez, do rei Nabucodonosor. Recai outro destaque para o capítulo por ele ser o primeiro com características de escrito apocalíptico no livro de Daniel, com isso faz conexão com os capítulos 8-12, conforme destaca Júlio Zabatiero (ZABATIEIRO, 2007/1, p. 46).

Daniel 7 apresenta uma visão onírica em que o autor está diante de um cenário onde os ventos agitam o mar, e quatro feras diferentes saem das águas deste mar. As feras eram semelhantes a animais, quais sejam; leão, urso, leopardo e uma outra fera (7,2-6). Entretanto, a quarta fera era distinta das demais, uma vez que possuía dentes de ferro e dez chifres, além do fato de um dos chifres ter olhos humanos e uma boca que proferia insolências (7,7-8). Ato contínuo há uma visão palaciana de um ancião poderoso que está no trono com uma multidão o servindo e mata a quarta fera, não somente isso, mas também, tira o poder das outras três feras e prolonga-lhes a vida, entretanto, por um tempo determinado, demonstrando com isso, sua soberania tanto no céu quanto na terra (7,9-12). Por fim, surge sobre as nuvens “um como filho do homem” e lhe é outorgado, pelo ancião, poder e reino sem fim, e todos os povos o serviam (7,14).

A bíblia hebraica também faz referências a monstros marinhos que são subjugados por algum ser soberano. Existem algumas possibilidades quanto ao enquadramento temporal deste conflito, quais sejam; o pretérito remoto da criação, ou até mesmo, uma profecia projetada para o futuro, como comenta Jonh J. Collins:

A bíblia hebraica contém várias alusões aqui e acolá a monstros marinhos, que são vencidos ou mortos por Iahweh, apesar de não haver um relato específico de tal batalha. Às vezes, esse conflito mítico está ligado com a criação como em Jó 26, 1.12-13 (...) Na profecia tardia, o conflito também poderia ser projetado no futuro: “Naquele dia, o Senhor castigará com a sua dura espada, grande e forte, Leviatã, serpente veloz, Leviatã, serpente sinuosa, e matará o monstro que está no mar (Isaias 27,1)”(COLLINS, 2010, p. 152-153).

DANIEL 7, 1-8

A visão de Daniel tem como gênese e plano de fundo o *Grande mar* (abismo primitivo), e a partir deste lugar imagético, surgem figuras animais. Vale destacar que a figura do *mar*, no universo semântico apocalíptico, pode representar um ambiente de desordem, hostil e caótico (MESTERS, 2013, p. 253). Disso decorre a conjectura de que este texto também pode se referir ao pretérito remoto da criação.

Nesta visão o oceano, lugar caótico e em total desordem, sofre influencia de um fenômeno da natureza, o vento. É ponto pacífico de discussão entre comentaristas bíblicos, que os quatro ventos que agitam as águas apontam para os quatro pontos cardeais, ou seja, referência ao norte, sul, leste e oeste, todas as direções. Portanto, o autor lança mão deste recurso literário para descrever a universalidade. Esta ferramenta literária também é utilizada em outros textos bíblicos, como; Zc 2,5-10; 6,5; Dn 8,8; 11,4 (BALDWIN, p 147, 1978).

As figuras dos animais apresentados como referência a besta são figuras comuns no ambiente cultural e religioso mesopotâmico e canaanitas, bem como, pertencentes as suas tradições. Eram utilizados, dentre outras circunstâncias, em monumentos públicos ou até mesmo em bandeiras(ZABATIERO, ano 2007, p. 47). Além disso, a imagem nesses animais (Leão, leopardo, urso e leoa) está presente em textos bíblicos como Os 13,4-8, ainda que em referência a Yahweh.

Na tradição bíblica é possível encontrar outros textos que fazem alusão a monstros que surgem do mar e são vencidos por um ser soberano (Yahweh)(Is 27,1 e 51,9-11), não somente isso, mas também apresenta (Yahweh) grande poder e autoridade sobre o mar (Abismo), é o caso de Am 7,4; Sl 65,8; 93,4 além de apocalipse e do próprio Daniel.

A primeira criatura polimorfa descrita é um leão miscigenado com águia, representando força e domínio: “*Esta é uma figura de linguagem comum para designar os inimigos de*

Israel, um quadro de orgulho, força e rapina”(HARRIS, 2012, p 117). Essas características possuem pontos de contato com as referências que o profeta Jeremias faz a Nabucodonosor (Jr 49,19-22). O desfecho desta besta foi ter suas asas arrancadas, erguido da terra, e posto de pé sobre as patas como um ser humano, o que é apontado como uma conexão ao capítulo quatro.

A segunda fera, alude ao urso (Am 5,19 faz referência a um urso), e é tão atroz quanto a primeira besta. Este animal se posiciona de modo estratégico, erguido de um lado, de modo que enquanto devora o alimento que já possui, (as três costelas) está pronto para atacar e amealhar mais presas para si. Assim, as três costelas que estão em sua boca, que são os pedaços de sua vítimas da última caçada, não são suficientes para saciar seu apetite voraz.

A alegoria a este animal é utilizada para representar, neste caso, os inimigos de Deus, quando estes imperam sobre o povo de Israel de forma injusta e desumana, uma vez que praticam crueldades, são insensíveis, e egoístas, como se pode verificar em Pv 28, 15. Entretanto, apesar desta imagem atroz e voraz apresentada e atribuída a segunda besta, há quem postule diametralmente o oposto a esta interpretação, ainda que de forma minoritária a interpretação predominante na exegese acadêmica, como é o caso de FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E.; BROWN, Raymond E.

A segunda fera, o urso que fica na postura ereta natural do urso, representando o reino medo, levanta um lado (uma pata?) para simbolizar o único rei medo conhecido da Bíblia, “Dario o medo” (Dn 6,1). Seu “coração humano” aponta para seu caráter humano, beneficiando os judeus ao destruir o odiado Império Babilônico (FITZMYER, 2011, p. 826).

O outro animal descrito é semelhante ao leopardo, com grande rapidez, representada pelas quatro asas. O substantivo *asa(s)* ocorre 107 vezes no primeiro testamento, sendo que em somente 10 ocasiões refere-se literalmente a uma ave (HARRIS, 2012, p 732). As quatro cabeças, indicam que a fera olha atentamente as quatro direções, ou seja, tinha uma visão universal e global, assim com o princípio aplicado aos quatro ventos, e com enorme capacidade de se mobilizar com celeridade.

Como se não bastem essas três terríveis feras selvagens, ainda é apresentado algo pior. A quarta e última besta, a mais terrível, espantosa e, conseqüentemente mais forte e poderosa que todas as três feras que a antecederam. Surge com características sem precedentes, e sem uma identificação clara com qualquer outro animal, já que esta figura horrível possui chifres, dentes de ferro e uma boca.

Alonso Schökel e Sucre Diaz(SCHÖKEL, 2002. p 1312) salientam, sobre a quarta besta, que além das características supracitadas, acrescenta-se a peculiaridades de que esta fera não é o centro das atenções totalmente, mas sim, divide os holofotes do cenário com seus dez chifres, pois, não são chifres comuns, mas, são chifres que possuem olhos e uma boca. Com isso, é como se houvesse uma individualização deste órgão.

A quarta besta é apontada como sendo o império grego, assim, os seus dez chifres são, respectivamente, os governadores da dinastia helênica. Alexandre o Grande é assinalado como o primeiro chifre da fera, sendo sucedido pelo diádocos(FITZMYER, 2011, p. 1302) da linha seleucida, até chegar a Antíoco IV Epífanos, o chifre com olhos e boca que proferia insolências, ou blasfêmias. O autor do capítulo sete o escreveu quando estava sob o governo de Antíoco Epífanos (FITZMYER, 2011, p. 826).

DANIEL 7,15-27

Como fora dito, há uma relação entre os capítulos dois e sete deste livro. Portanto, na visão do capítulo dois o vidente, o rei Nabucodonosor, pede que alguém interprete seu sonho, e Daniel foi o que o fez com competência. Desta vez, para obter a interpretação desta visão, o vidente, que agora é Daniel, também recorre a um auxílio interpretativo de outrem, entretanto, essa ajuda foi de um ser sobrenatural, e não humana, como aconteceu no segundo capítulo.

Daniel foi informado pela figura, que se pressupõem ser angelical, que as quatro criaturas animais eram a representação de quatro reinos. Desta forma o quarteto bestial, descrito no capítulo 7 do livro de Daniel, demonstra a periodização da história mundial da época, pois, são a representação dos reis ou reinos da Babilônia, Média, Pérsia e Grécia, através de Alexandre e seus sucessores. Sendo que o quinto reino, e último reino, é o dos santos do Altíssimo (GOTTWALD, 1998, p 548).

Destaca-se que nos versos de 23 a 27 há uma alteração na forma e na estética literária do texto, em que a prosa dá lugar ao estilo poético, assim como acontece nos versos nove e dez.

O verso 25 destaca que a quarta fera, mudará os tempos e a lei, ou seja, uma referência à política(Guerra aos santos dita no verso 21) de helenização do governador Antíoco IV epífanos. Medida esta que se concretizou por meio de um decreto no qual proibia as práticas de guardar os sábados, proibia as festas judaicas, mudanças no calendário, assim como

erradicação dos holocaustos e sacrifícios, entre outras atividades religiosas tradicionais dos israelitas (1Mc 1,41-63). Tudo isso com o intuito de unificar seu império, mas para tanto, necessitava desfigurar a identidade sociocultural e religiosa dos judeus, o que fazia até mesmo por meio da força, agindo assim por um período de três anos e meio (Um tempo, tempos e metade de um tempo).

Para unir um reino tão diverso nos agrupamentos étnicos e linguísticos, politicamente instável e geograficamente difuso, Antíoco achou necessário promover o processo de sincretismo cultural e religioso que tinha recebido ímpeto sob Alexandre (FITZMYER, 2011, p. 845).

O Julgamento feito pelo ancião tem início pela ordem inversa à apresentação das bestas na visão, pois, começa pela quarta fera. Fica implícita a coexistência temporal das criaturas perante o Julgador.

O conceito de justiça divina, segundo a tradição dos israelitas, era Yahweh salvar e libertar os oprimidos e os pobres das mãos dos impérios opulentos e opressores, como se pode constatar em Dt 10,18; Sl9,5.17; 119,84; 140,13; 146,7(SCHÖKEL, 2002,P. 1314). Além disso, O soberano entregará o reino nas mãos dos santos. Essa afirmação do verso 27 possui similaridade com 1Co 6,2.

Todas as três bestas receberam algo de um ser soberano, exceto a quarta. A primeira recebeu um coração humano (v.4). Já a segunda, três costelas (v.5), e a terceira foi-lhe dado poder. Ao final Yahweh entrega o reino aos santos. Com isso, infere-se que Yahweh é o soberano, pois todo poder, até mesmo o dos poderosos, decorre de sua vontade e soberania.

A quarta fera foi aniquilada e jogada ao fogo, entretanto, as demais bestas não sofreram a mesma sorte, antes foram poupadas por um tempo. Aqui há o entendimento de que não fora aplicado a regra de “olho por olho e dente por dente”, pois se assim fosse, todas as quatro feras deveriam ser brutalmente mortas. Logo, as consequências ou castigo dos atos das três primeiras criaturas foram mitigadas pelo ancião, que não as castigou aplicando-lhes a pena capital, como foi o caso da quarta fera.

As figuras que caracterizam as bestas descritas neste capítulo são os animais; leão, urso e leopardo. Porém, surge um que é comparado com “filho do homem”. A expressão “filho do homem”, neste caso, representa um “ser humano” tal qual descrito em Dn 8,17. Essa expressão também pode designar o ser humano distinto, destacável e notável. Ou seja, o que aparece na visão é um indivíduo humano, que é introduzido na presença do ancião.

Ao filho do homem foi dado poder e honra, assim como a Nabucodonosor, como consta em Dn 4,33; 5,18 (SCHÖKEL, 2002, p. 1313.). Entretanto, o reino entregue ao que fora introduzido à presença do ancião será eterno, nunca passará e jamais será destruído. Com isso, existem estudos que apontam para a chave de leitura de que este, a quem é outorgado poder e é introduzido a presença do ancião, ou seja, o filho do homem, não se trata do messias, como argumenta Luís AlonsoSchökel, ao interpretar a figura do “filho do homem”:

A interpretação que o próprio autor oferece não é messiânica nem é individual. Assim como cada fera representava um império, assim também a figura humana representa uma comunidade: “os santos do Altíssimo” (18.22.270. Trata-se da comunidade de Israel, o povo eleito e consagrado (Ex 19,6), o grupo que na terra corresponde ao povo dos santos celestiais (como outrora, eles eram os exércitos terrestres, Ex 12,41) (SCHÖKEL, 2002, p.1313.).

O quinto reino que se estabelecerá, desta vez de forma perene, é o do soberano Yahweh, é a comunidade do povo de Israel, os santos do Altíssimo, porém, até a chegada deste reinado o povo padecerá sob o julgo dos quatro reinos anteriores. Disso decorre a preocupação do portador da visão, pois, mesmo sabendo que ao final de tudo o povo que, ora é oprimido e perseguido, triunfará com o auxílio de Yahweh, sobre os impérios animais e atroz.

O PODER POLÍTICO

No período de 69 - 96 d.C. Roma teve como imperadores a chamada dinastia dos Flavianos, ou seja, Flavio Vespasiano (69-79 d.C.), seguido por seu filho Tito (79-81d.C) e, seu outro filho, Domiciano (81-96d.C.) 12 anos mais novo que Tito.

O livro de 4 Esdras nos capítulos 11-12 faz referência a uma águia com doze asas e três cabeças. Para muitos estudiosos a águia é a representação do império Romano, e as três cabeças são justamente, Vespasiano, Tito e Domiciano (COLLINS, 2010, p. 281).

Depois de ser proclamado imperador Vespasiano implantou um programa de restauração pró-Roma, se fortalecendo política e financeiramente, através de tributos do templo judaico, bem como pela promoção da reconstrução do templo de Júpiter no Capitólio, que fora incendiado na revolta de 69 d.C.

O sucessor de Vespasiano, seu filho Tito, adotou medidas mais populares, tais como mandar voltar do exílio (ilha do mar Egeu) um líder dos *estoicos* chamado Mausônio Rufo, cancelou todos os processos de lesa-majestade, ou seja, crime de traição contra o imperador ou ao império. Além disso, incentivou generosa remuneração aos soldados romanos,

promovia ajuda as classes mais carentes por meio de distribuição de alimentos e espetáculos (REICKE, 2012, p.276). Tito também abriu mão de algumas rendas imperiais, e com medidas como essas, quando imperador, se destacou por sua tolerância aos cristãos e demonstrou habilidades política, financeira e jurídica, caindo nas graças do povo.

O último na dinastia dos Flavianos, Domiciano, demonstrou alguma tolerância aos cristãos durante a maior parte do seu governo, especialmente entre 81-92 d.C. Nesse período o imperador se concentrava, assim como seu pai Vespasiano, na reconstrução de Roma. Reformas e construção de novas estradas e aprimoramento do serviço de correios foram algumas de suas frentes de trabalho. Também promoveu programas sociais que visavam atender as classes menos favorecidas do seu império. Por outro lado, mitigou alguns privilégios e benefícios da classe alta e também da nobreza, não se dobrando aos seus caprichos e vaidades, além de atuar de forma contundente nas fronteiras contra ameaças externas, proporcionando mais segurança aos provincianos.

O governo de Domiciano até 92 d.C não houve perseguição aos cristãos, de forma clara:

(...) dos doze primeiros anos de governo, 81-92, não há nenhuma prova de perseguição aos cristãos (...) a fé cristã não era proibida, da mesma forma como não eram o judaísmo ou a religião de Isis. As medidas ideológicas de Domiciano visavam exclusivamente a movimentos que poderiam ameaçar a autoridade imperial e a romanidade (Reicke, 2012, p. 298).

Em 93 d.C o imperador começa um processo de fortalecimento da autoridade interna, já que o trabalho nas fronteiras estava consolidado. Nessa época foram implantadas medidas que colocariam os cristãos em xeque, em decorrência a isso, houve perseguição aos cristãos temporariamente, 93-96 d.C, e regionalmente, especialmente na Ásia menor, como se pode apontar em Ap. 1,9-12;2,10; 6,9. Apesar da opressão contra os cristãos ser endêmica a Ásia menor havia o receio de que talanimosidade repercutisse e se propagasse por todo o império Romano (Ap.3,10)(Kümmel, 1982, p614). Além disso, houve o controle mais intenso sobre os impostos, tais como; “fiscusjudaicus, fiscus alexandrinos e fiscusasiaticus (Reicke, 2012, p. 291).

Entretanto, existem apontamentos que conduzem para a argumentativa de que Domiciano não tenha implantado uma “caça” aos seguidores de Jesus, muito pelo contrário, até mesmo pelo que se pode encontrar no Oráculo Sibilinico XII (124 – 142) onde, não apenas o imperador é apresentado como um benfeitor, mas também é dito que “será amado de todos os homens até o fim dos tempos”(Arens, 2004. P.82). Tal perspectiva sobre este imperador

não é uma visão solitária, inclusive por estudos que revelam sobre a, suposta, perseguição aos cristãos dando conta de que este empreendimento aconteceu por volta do ano de 112 d.C sob os auspícios do imperador Trajano, como diz Valtair Miranda:

Historicamente, Domiciano não parece ter instigado uma perseguição oficial e generalizada aos “santos”. Segundo Thompson, existe pouca evidência de que ele tenha perseguido os seguidores de Jesus e nenhuma evidência de que tenha banido João para a ilha de Patmos. A primeira referência histórica clara de uma perseguição religiosa formal contra os seguidores de Jesus é encontrada no tempo de Trajano, quando Plínio, o governador, pergunta, em meados de 112, o que fazer com as acusações contra alguns discípulos da sua região (Miranda, 2011, p. 20).

Desta forma, considerando que não havia uma clara e aberta perseguição aos santos, questiona-se o que teria motivado o escritor de Apocalipse a aplicar críticas tão contundentes ao império e ao imperador. Infere-se que o epicentro da crise entre os cristãos e o império, que tenha ensejado nos escritos das revelações de João, seja o culto imperial.

O CULTO IMPERIAL

Uma das partes integrantes do sistema imperial Romano era o culto imperial, que teve sua origem nos reinos helenísticos. Roma não somente adota esta prática, mas também adequa os rituais ao seu contexto e coloca como figuras centrais da liturgia o império e o imperador, em lugar das cidades e deuses gregos. “Algumas vezes era em relação ao Senado e aos líderes militares, porém era mais frequente à deusa Roma: a personificação da cidade.” (Phoenix/UFRJ, 2005, p. 205). Isto posto, fica evidente que a prática do culto imperial antecede o período de governo de Domiciano, sendo que esta ritualística perdurou, e muito, após o último da dinastia dos Flavianos.

A participação do culto imperial demonstrava, principalmente, lealdade ao imperador, não somente isso, mas, também os sentimentos de gratidão, submissão e civismo, além de estabelecer a manutenção da soberania romana e de perenizar a relação de domínio e poder do governo para com seus governados.

O imperador era a maior autoridade de Roma, desta forma era como se ele fosse um deus sendo cultuado e venerado no culto imperial, tanto que Suetônio (escritor contemporâneo de imperador Domiciano) o qualifica com “*dominus et deus noster*” (Arens, E. Mateos, M, 2004, p. 83) (Cita com referência a *Dom.* 13,2; Cf também Dión Cássio 67,5.7; 67,13.4). É inerente ao contexto sociológico da época que as esferas política e religiosa afloravam, ambas, em uma única face, desta forma concentrava-se nas mãos do imperador não somente o poder

político, financeiro e administrativo do império, mas também toda a nuance no que concerne o ambiente religioso:

No caso da pessoa do imperador, era mais do que simplesmente homenagem ou bajulação. Fazia parte da estrutura social e do sistema político: o imperador era a mais alta personalidade da sociedade, a autoridade suprema, nenhuma outra maior senão os deuses, por isso facilmente equiparado a eles. Se o imperador ocupava o lugar dos deuses e por ele aconteciam a prosperidade e o bem-estar, a lealdade ao imperador era o reconhecimento público dessa posição e desse papel que ele representava, e constituía uma expressão cidadã de adesão e submissão a Roma como império (Arens, 2004, p. 72).

O culto imperial é o principal ponto da crítica que o autor de Apocalipse faz no capítulo 13. No sistema imperial romano um indivíduo que pertencesse ao governo, seja ele cidadão romano ou não, deveria participar do culto, caso não o fizesse incorreria em ser declarado como infiel ao império e sofre hostilidades, até mesmo por parte da população.

Em Ap. 13,8 João escreve que os que adoram a besta são os que não têm seus nomes escritos no livro da vida, automaticamente, ele está criticando abertamente toda a sistemática do culto imperial. O autor também declara que os que praticam tais eventos não participaram da vitória que acontecerá quando o cordeiro vencer a besta.

BLASFÊMIAS CONTRA DEUS

No v.4 há o questionamento: “Quem é comparável a besta e quem pode lutar contra ela?”. Tal pergunta traz consigo a conotação de que a besta é invencível e superior a tudo e a todos, também mostra a insolência e a blasfêmia contra Deus, pois, desta forma, ela é apresentada como superior, até mesmo, ao próprio Deus. Sobre isso Arlindo Moura afirma, “(...) é a demonstração de uma autossuficiência, arrogância, despotismo e inadmissão de limitação, falhas e fraquezas” (MOURA, 2000, p.94). É como se ela tentasse ocupar o lugar que pertence somente a Deus.

É curioso que, ainda sobre o v.4, não é a besta que se auto intitula superior e invencível, mas é como se ela fosse aclamada como tal, e apenas recebesse e concordasse com tais afirmações. Ou seja, este enaltecimento decorre de seus seguidores que veem na besta (império) o suprassumo do mundo. Segundo Pierre Prigent as insolências do imperador Domiciano podem ser comparadas as praticadas pelo rei Antíoco Epífanes do livro de Daniel:

A palavra seguinte: “blasfêmia” é quase sinônima. Também ela remonta a Dn. 7,25 (Antíoco Epífanes fala contra o Altíssimo) ou 11,36 (o rei se enaltece acima de todo deus e contra o Deus dos céus proferiu coisas assustadoras). A besta apresentou-se,

portanto, como descendência da quarta besta de Dn, opõe-se, como ela violentamente ao próprio Deus, cujo lugar soberano pretende ocupar. Tudo isso convém perfeitamente ao império, cujos chefes supremos aceitam e por vezes até exigem ser venerados como deuses (PRIGENT, 1988, p.240).

GUERRA AOS SANTOS: 42 MESES

Em Dn. 7,25; 12,7 encontramos a expressão: “tempo, tempos e metade de um tempo”, sendo que a palavra “tempo” aqui se refere ao período de um ano, ou seja, totaliza três anos e meio. Se se utilizar outras unidades de tempo poderá se chegar a 42 meses, ou até mesmo 1.260 dias, como é o caso de Ap. 11,3. Em Ap. 13,5 encontramos a expressão: “(...) poder para agir durante 42 meses”.

Ao apresentar o tempo de 42 meses o autor traz a perspectiva de delimitar o tempo de atuação da besta, demonstra abreviada do poder de atuação e influência do império romano. Apresenta também o tempo em que a igreja deverá resistir às provações. Uma vez que os seguidores de Cristo não participaram do culto imperial e da veneração ao imperador, o que acarretará em uma demonstração clara de oposição ao *status quo* vigente, como um insulto a segurança, e benefícios que o império lhe proporciona, portanto, um ato de infidelidade.

Sobre outra perspectiva 42 meses é período em que os santos resistem ao mundo profano e enfatizam sua fidelidade, não mais ao imperador, mas agora ao cordeiro de Deus. Isso porque tendo permanecido fiel por esse período, ao não participar do culto imperial e também por denunciar esses insultos contra Deus e discordar de toda e qualquer idolatria a serviço do império, a igreja e os santos festejaram a vitória que acontecerá sobre o império. “Mas a mesma profecia também diz que, quando isso acontecer, então, Deus vai intervir e o perseguidor será derrotado e o reino será dado aos santos” (MESTERS, C. Orofino, F, 2013, p. 254).

João do apocalipse usa o período de 42 meses assim como é utilizado 70 semanas em Dn. 9, pois, este aplica o período de 70 semanas, sendo que logo após essa etapa virá o tempo de restauração. Isso destaca a soberania e o controle de Deus sobre todo o cenário, ou seja, um Deus que está atento aos anseios de seu povo, e que após esse período autorizado por ele, acontecerá a guerra e a vitória sobre os que se opunham aos seus desígnios:

Isto equivale a dizer que a perseguição que se desencadeia sobre os fiéis é forçosamente permitida por Deus, ela não ocupa da história da salvação senão um lugar estritamente delimitado no tempo, e que sua importância é relativizada pelo simples fato de que não pode pretender dura toda uma unidade temporal: Deus

decidiu limita-la a uma meia semana de anos, ou seja, 3 anos e meio (PRIGENT, 1988, p. 191).

PODER PARA PERSEGUIR OS SANTOS

Como já foi dito anteriormente não há clara perseguição aos seguidores de Jesus no período de governo do imperador Domiciano. Entretanto, não se pode negar a hostilidade da população local (MIRANDA, 2011, p.21) romana e a marginalização dos cristãos. Pois, mesmo sendo permitidos os cultos e a nova religião dos cristãos, não se podia fazer pouco caso da religiosidade romana e de seus deuses expressos por meio do culto imperial. “Sob o governo romano, tais cultos locais ou étnicos eram permitidos e protegidos, conquanto a honra devida fosse dada a Roma e seus deuses” (Walker, 2006, p. 67).

O império romano era uma cultura politeísta, que arrebanha deuses das mais variadas regiões do seu império. Já os cristãos fundamentavam-se em um monoteísmo que os tornavam perniciosos ao bem estar social dado suas práticas e encontros sigilosos, o que soava como uma possível insatisfação contra o império ou até mesmo um pequeno nicho que poderia se revoltar contra Roma, como aconteceu em 69, assim explica WilistonWalke:

Ademais, os cristãos se reuniam privadamente, e seu monoteísmo exclusivo os compelia a recusar qualquer participação nas atividades religiosas pagãs. Isso significava não apenas que o povo tendia a suspeitar deles como estando a preparar alguma coisa indecente ou sinistra, mas também que em qualquer *polis* onde eles habitassem seriam notados como um pequeno grupo de dissidentes obstinados da própria base da vida comunitária (Walker, 2006, p. 68).

O que se entende por perseguição, na verdade foi uma hostilidade, um mal estar ou até mesmo um ambiente de animosidade sofrido pelos cristãos, que não participavam do culto imperial por não aceitarem nenhum outro *Kyrios* (Senhor), a não ser Jesus, o Cristo que ressuscitou após padecer na cruz.

Esta não participação da comunidade cristã ao culto imperial também poderia soar, uma nova seita contra o império, ou como um foco de novas revoltas que poderiam se deflagrar a qualquer momento, ou também uma forma de manifestação contrária ao império, bem como ao imperador, que zelavam pela ordem e bem estar sociais, que dentre outras ferramentas, também eram aferidas pela participação neste culto.

PERSEVERANÇA E FÉ

Mesmo neste ambiente de hostilidade e ânimos acalorados, permanecia naqueles cristãos o binômio: perseverança e fé, na soberania e no governo de Deus sobre tudo e sobre todos. Essa esperança decorre do fato de que as conjunturas sociopolíticas, e até mesmo as perturbações sofridas pelos santos, corroboravam para a, posterior, implantação do reino de Deus, uma vez que a besta exerceria o poder que lhe foi dado por um curto período de tempo.

Encerrado o prazo, 42 meses conforme Ap. 13,5, a besta sofreria as consequências de suas insolências e blasfêmias juntamente com seus seguidores, ou seja, “todos os habitantes da terra cujo nome não está escrito desde a fundação do mundo no livro da vida do Cordeiro imolado”(Ap. 13,8). Depois destes acontecimentos o Deus soberano reinaria eternamente juntamente com os santos que resistiram a besta e as suas ofensivas.

Na prática esse período conturbado vivido pela comunidade cristã do fim do primeiro século era interpretado como sendo uma etapa para o estabelecimento do governo de Deus. Ou seja, essa impopularidade na sociedade romana era a “ultima cartada” da besta, que já não podia evitar o fim de seu próprio governo. O poder que foi dado a besta pelo Deus soberano seria de uma vez por todas aniquilado, e o nó Górdio ao qual a fera submeteu os Santos do verdadeiro *Kyrios*, Senhor do povo de Israel, seria desfeito em desfavor desta figura animalesca.

Os escritos de revelação de João traziam consigo uma perspectiva de fortalecimento e perseverança para a comunidade cristã que amargava o dissabor de uma sociedade idólatra e politeísta. Com isso resgata e fortalece a fé e a perseverança dos Santos para permanecerem firmes, pois Deus é soberano e está no controle de tudo e de todos.

CONCLUSÃO

Apocalipse 13,1-8 apresenta uma face do império romano que é caricaturada pelas peculiaridades da literatura apocalíptica que usa uma linguagem radical e polariza o mundo entre o bem e o mal.

O culto imperial constitui-se como a grande manifestação da blasfêmia, insolência e idolátrica contra Deus, visto que por meio deste canaliza-se a glória que deveria ser dada a Deus e é atribuída a Roma e seus imperadores. O autor da revelação denuncia tais práticas,

pois são verdadeiros atentados contra o Deus soberano, ainda mais pelo fato de que quando não se participava desta reverências ao poder vigente sofria-se hostilidades, além de ser visto como pernicioso ao império.

Ao contrário do que se postula e do que corre no imaginário popular, fica evidente que não houve perseguição generalizada aos cristãos no período de governo do imperador Domiciano (81-96d.C), entretanto, não se pode negar que aos não participantes das cerimônias imperiais recaia um olhar de impopularidade e desagrado, pois poderia ser uma manifestação de descontentamento com o império.

Apesar deste ambiente polarizado e hostil o livro do apocalipse tem por finalidade mostrar a brevidade do tempo do império, bem como lembrar aos santos que o poder do imperador foi dado por Deus, e que após uma etapa o soberano do universo tomará da besta o trono e levará para si os que perseveraram em sua fé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTÍN MONROY, P. **Aliança, pacto de vida e pacto de morte (Apocalipse 13 e 18)**. Revista de interpretação Bíblica Latino-Americana. Editoria Vozes. São Paulo, nº 61, 2008/3,p. 123-135.

Arens, E. Mateos, M. **O Apocalipse: A força de Esperança** – Estudo, leitura e comentário. São Paulo: Loyola, 2004.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2012.

BÍBLIA do Peregrino. São Paulo: Paulus, 2011.

BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.).**Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. 2. ed. Tradução: Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000b.

COLLINS, John J. **A imaginação apocalíptica: uma introdução à literatura apocalíptica judaica**. São Paulo, 2010.

DAGOBERTO RAMIREZ, F. **A idolatria do poder a Igreja confessante na situação de Apocalipse 13**. Revista de interpretação Bíblica Latino-Americana. São Paulo, nº 4, 1989/2,p. 81 - 95.

FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E.; BROWN, Raymond E. (Ed.).**Novo comentário bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento**. Tradução de Celso

Eronides Fernandes; Revisão de Júlio Paulo Tavares Zabatiero. São Paulo: Academia Cristã; São Paulo; Paulus, 2012.

FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E.; BROWN, Raymond E. (Ed.). **Novo comentário bíblico São Jerônimo**: Novo Testamento. Tradução de Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Academia Cristã; São Paulo; Paulus, 2011.

GOTTWALD, Norman K. **Introdução socioliterária à Bíblia hebraica**. 2 São Paulo, SP: Paulus, 1998.

HARRIS, R. Laird; ARCHER Jr., Gleason L.; Waltker, Bruce K. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2012.

MESTERS, C. **Esperança de um povo que luta**: O apocalipse de São João uma chave de leitura. 1ª Ed. São Paulo: Paulus, 1983.

MESTERS, C. Orofino, F. **Apocalipse de João**. 2ª ed. São Paulo: Fonte Editorial/Santuário, 2013.

MIRANDA, V. **O caminho do cordeiro**: representação e construção de identidade no Apocalipse de João. São Paulo: Paulus. 2011.

MOURA, Arlindo. **A desmistificação dos poderes bestiais (Apocalipse 13)**. Projeto de Deus e projeto do capital na Amazônia. Nº 68, 2000, p.89 – 99.

NOGUEIRA, PAULO. **Religião de Visionários** - Apocalíptica e misticismo no cristianismo primitivo. São Paulo: Loyola, 2005.

Phoênix/ UFRJ. Laboratório de História, Ano XI – 2005.

https://books.google.com.br/books?id=h0XaTF_9PjcC&pg=PA205&dq=culto+imperial&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CDcQ6AEwBWoVChMI2qmp_arZyAIVgo2QCh2qdAwL#v=onepage&q=culto%20imperial&f=false

PRIGENT, Pierre. **O apocalipse**. São Paulo, Edições Loyola, 1988.

Reicke, Bo. **História do tempo do Novo Testamento**: o mundo bíblico de 500 a.C. até 100 d.C. Santo André (SP): Academia Cristã. Paulus, 2012.

SCHÖKEL, Luís Alonso; DIAS, J. L. Sicre. **Profetas II**. 2 São Paulo, SP: Paulus, 2002.

ZABATIEIRO, J. P. T. **O fim da história é o fim dos impérios**: Sonhos e visões do fim – Daniel 7. Estudos bíblicos. Editoria Vozes. São Paulo, nº 93, 2007/1, p. 43-50.

Walker, Wiliston. **História da Igreja Cristã**. 3ª ed, São Paulo: ASTE, 2006.